



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(ETP) E DO MAPA DE RISCOS

Trata-se de contratação de empresa para aquisição de 120 (cento e vinte) molduras personalizadas para certificados a serem entregues na solenidade do **Troféu Seriema - 24º Prêmio Crea de Meio Ambiente**.

O **Estudo Técnico Preliminar - ETP** é uma ferramenta que auxilia a unidade requisitante na análise das necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características que demonstrem a viabilidade técnica econômica da contratação. No caso concreto, não será elaborado o **ETP**, nos termos do art. 56 da Portaria Crea-GO nº 007/2024, tendo em vista que a contratação direta se enquadra na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que o valor estimado do objeto permaneça dentro do limite legal vigente na data da instrução e da formalização da contratação direta, considerado o somatório legalmente exigível.

A dispensa do **ETP**, por si só, não implica dispensa automática do **Mapa de Riscos**. Todavia, no presente caso, se entende desnecessária a formalização de **Mapa de Riscos**, em razão da baixa complexidade do objeto, da padronização da solução, da simplicidade da execução, da ausência de etapas complexas ou interdependentes e da suficiência das medidas ordinárias de gestão e fiscalização já previstas nos demais documentos da instrução processual. Trata-se de contratação de baixo vulto, de objeto comum e plenamente delimitado, cujos riscos contratuais são reduzidos e adequadamente tratáveis pelas rotinas ordinárias de acompanhamento da execução.

Registre-se que as informações necessárias e suficientes à contratação encontram-se devidamente consolidadas nos documentos que instruem o processo. Diante do exposto, justifica-se a dispensa de elaboração do **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, bem como a não formalização de **Mapa de Riscos**, em razão do enquadramento da contratação na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observado o limite legal vigente na data da contratação, tudo em conformidade com o art. 56 da Portaria Crea-GO nº 007/2024.

Esta justificativa foi elaborada pela **Coordenadoria de Cerimonial e Eventos**, na pessoa do colaborador Matheus de Moraes e Silva, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade do Crea-GO, submetendo-se à aprovação da autoridade competente.

Goiânia-GO, 26 de maio de 2026



Matheus de Moraes e Silva
Coordenadoria de Cerimonial e Eventos



Luciana Pereira Sousa
Coordenadora Substituta de Cerimonial e Eventos
Portaria 86/2026

